

**RM – CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA**

PREFEITURA MUNICIPAL DE VACARIA – RS.  
COMISSÃO DE LICITAÇÃO  
SENHOR PRESIDENTE

## **IMPUGNAÇÃO EDITAL CONCORRÊNCIA 06-2014**

**Processo Administrativo nº 179.228/14**

RM CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, com sede a Av Militar 7.176 Bairro Lindoia em Vacaria RS, CNPJ 14.057.029/0001-14, através da presente IMPUGNA o Edital de Concorrência Publica 06-2014, já retificado com previsão de recebimentos de proposta para o dia 13/06/2014, o qual contempla os serviços de “Contratação de empresas para pavimentação asfáltica”, pelos motivos abaixo expostos.

- O Edital 06/2014 (Processo Administrativo nº 179.228/14) em sua primeira RETIFICAÇÃO em seu item 3 – CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO sub item 3.11, exige apresentação de ATESTADO TÉCNICO OPERACIONAL da empresa registrado no CREA como descrito abaixo e em seu paragrafo III uma justificativa também descrita abaixo.

- EXIGÊNCIA DA DISTÂNCIA DE TRANSPORTE DA MASSA ASFÁLTICA.

- Sub item 3.11 – “Atestado da capacitação técnico-operacional, registrado no CREA, em nome da empresa, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, de que executou, satisfatoriamente, contrato com objeto compatível com o ora licitado, em características, quantidades e prazos;”

ATENÇÃO: Observações quanto aos itens 3.11 e 3.12, que devem ser cumpridos sob pena de inabilitação:

III- A exigência de dois atestados (empresa e profissional) justifica-se pelo fato de que o referido objeto se trata de um serviço de alta complexidade, compreendido em ruas onde se realizam serviços essenciais como saneamento/esgoto, iluminação e transporte público urbano e intermunicipal.

- Exigência feita no Memorial Descritivo quanto a distância máxima de transporte do asfalto de 60km.

### **SOBRE A EXIGÊNCIA DO SUB ITÉM 3.11**

A exigência do Edital em seu item 3 – sub item 3.11.

RM – CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA  
Av. Militar 7176 – Bairro Lindoia - Vacaria – RS - CEP 95.200-000  
Fone: (54) 3512 0252 – (54) 9112-2370





## **RM – CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA**

O assunto foi amplamente debatido no CREA RS e CONFEA, surgindo um grupo de trabalho no CREA RS que atuou junto ao Ministério Público de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, e o mesmo representou junto ao Tribunal de Contas do Estado.

Transcrevemos alguns pontos do parecer Jurídico do Dr. Fabio Salgado Pacheco OAB 30.886 na época ano de 2009, assessor da Presidência do CREA RS o qual segue anexo.

Esbarra na dificuldade, para não dizer impossibilidade, de prová-la. Por quê? Porque a mesma, segundo a lei, deve ser provada por atestado e atestado só pode ser válido e aceito se for registrado no órgão competente. O CREA, que é o órgão competente para registrar atestados referentes às obras e serviços de engenharia, é um Conselho de profissionais e não de empresas. Daí porque registra atestados exclusivamente em nome de profissionais. A Resolução nº317/86 do Conselho Federal, incumbido legalmente de regulamentar a Lei nº5.194/66, estabelece que o acervo técnico de uma empresa é variável, dependente do acervo técnico dos profissionais que compõe o seu quadro técnico. Se hoje uma empresa tem dez profissionais, o acervo técnico dessa empresa será de dez profissionais; se amanhã ela tiver dois, diminuirá o acervo técnico e ela terá acervo de apenas dois profissionais. Tratando da habilitação, em seu capítulo segundo, seção II, a Lei 8.666/93 - chamada Lei de

Licitações, dispõe:

**Art. 27. Para a habilitação nas licitações exigir-se-á dos interessados, exclusivamente, documentação relativa a:**

**I – (...)**

**II - qualificação técnica;**

**III – (...)**

**IV – (...)"**

**(...)**

**“ Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:**

**I - registro ou inscrição na entidade profissional competente;**

**II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;**

**III – (...)**





## RM – CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA

### IV –(...)

§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do *caput* deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a:

I - capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos;

### II - (VETADO):

(....)

§ 5º É vedada a exigência de comprovação de atividade ou de aptidão com limitações de tempo ou de época ou ainda em locais específicos, ou quaisquer outras não previstas nesta Lei, que inibam a participação na licitação.

(....).”

A comprovação de aptidão referida no item II do art. 30, quando se trata de obra ou serviço, conforme o ‘*caput*’ do §1º, do mesmo artigo, deve ser feita através de atestados “*devidamente registrados nas entidades profissionais competentes*”. limitadas as exigências à capacitação técnico-profissional.

Quer dizer, em se tratando de obra ou serviço (de engenharia), a aptidão será provada exclusivamente através de atestados emitidos em nome de profissionais, tanto que os mesmos devem ser registrados no órgão profissional competente, no caso o CREA. Quando o objeto licitado for diverso, e existir entidade competente para proceder o registro, aí sim este tipo de prova poderá ser exigida.





## RM – CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA

O inciso II, do parágrafo 1º, do art. 30 da Lei de Licitações, que justamente tratava do atestado de capacidade técnico operacional foi vetado.

As razões do veto são claras e frontalmente contrárias as equivocadas interpretações que tem sido emprestadas à lei relativamente a este assunto.

Com efeito publicou o Diário Oficial da União, em 09 de junho de 1994:

*“PR – DEPARTAMENTO DE DOCUMENTAÇÃO*

*Publicado na Seção I do Diário Oficial de 9 de junho de 1994*

*Fl. 8 da Mensagem nº 436*

*Reconhecidamente, a competição entre possíveis interessados é principio insito às licitações, pois somente ao viabilizá-la o Poder Público pode obter as propostas economicamente mais vantajosas, barateando, assim, os preços de suas obras e serviços”.*

*Ora, a exigência de “capacidade técnico-operacional”, nos termos definidos no primeiro dos dispositivos supra, praticamente inviabiliza a consecução desse objetivo, pois segmenta, de forma incontornável, o universo dos prováveis competidores, na medida em que, embora possuindo corpo técnico de comprovada experiência, uma empresa somente se habilita a concorrer se comprovar já haver realizado obra ou serviço de complexidade técnica idêntica à que estiver sendo licitada.*

*Ademais, dependendo do vulto da obra ou serviço, essa exigência pode afastar pequenos e médios competidores, já que pode chegar a 50%(cinquenta por cento) das “parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo”, conceito, aliás, sequer definido objetivamente no projeto.*

*Impõem-se, assim, expungir do texto os dispositivos em foco, que, por possibilitarem possíveis direcionamentos em proveito de empresas de maior porte, se mostram flagrantemente contrários ao interesse público.*

*Importa ter presente, ainda, na espécie o verdadeiro conteúdo e alcance do comando insculpido no art. 37, inciso XXI, da Constituição da Republica, **ipsis litteris**:*

*“XXI – ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados **mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes**, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento,*

RM – CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA

Av. Militar 7176 – Bairro Lindoia - Vacaria – RS - CEP 95.200-000

Fone: (54) 3512 0252 – (54) 9112-2370





## RM – CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA

*mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitira as exigências de qualificação técnica e econômica indispensável à garantia do cumprimento das obrigações”.(Grifamos) ” ”.*

A exigência de atestados em nome de empresas, além de ilegal acarreta uma perigosa reserva de mercado, promove uma verdadeira estagnação societária na área de Engenharia, uma pessoa que é sócia de uma empresa nunca mais vai poder sair dessa empresa - senão ela não vai poder trabalhar com obras públicas - e prejudica o próprio interesse público, na medida em que restringe absolutamente o número de licitantes aptos a contratar com a administração, o que eleva o preço das contratações.

As razões pelas quais o CREA não registra atestados em nome de empresas são as seguintes

O acervo técnico, constituído pela soma das Anotações de Responsabilidade Técnica – ART's (Res. 317-CONFEA), esclarece tudo a respeito de uma atividade de engenharia e agronomia (tipo de atividade, responsável técnico, contratante e contratado, cliente, local, data, valores etc) – MENOS INSTALAÇÕES, EQUIPAMENTOS, VEÍCULOS, ETC., COM OS QUAIS TAIS ATIVIDADES FORAM DESENVOLVIDAS!

É preciso conceituar-se, mesmo que laicamente, o que seja capacidade técnico - operacional. Se acordarmos que capacidade técnico - profissional diz com a experiência humana, fica mais fácil concluir que a capacidade técnico - operacional diz com a experiência “material”, isto é, das instalações, dos equipamentos, dos veículos, etc.

**Ocorre que a lei determina que a prova deva ser feita por atestados registrados no órgão competente, e este órgão inexistente em se tratando de empresas.**

Não existe, no âmbito do Sistema CONFEA-CREAs, registro de atestados de capacitação técnica em nome de pessoas jurídicas.

O Conselho Federal de Engenharia e Agronomia — CONFEA, autarquia federal detentora de poderes regulamentadores acerca da matéria, estabeleceu, em





## RM – CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA

Resolução Normativa de nº317/86, que pessoa jurídica não detém acervo técnico por si só, é, pois, dependente dos profissionais que integram seu quadro técnico.

Com efeito dispõe a mencionada norma:

*Art. 1º - Considera-se Acervo Técnico do profissional toda a experiência por ele adquirida ao longo de sua vida profissional, compatível com as suas atribuições, desde que anotada a respectiva responsabilidade técnica nos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia.  
(....)*

*Art. 4º - O Acervo Técnico de uma pessoa jurídica é representado pelos Acervos Técnicos dos profissionais do seu quadro técnico e de seus consultores técnicos devidamente contratados.*

*Parágrafo único - O Acervo Técnico de uma pessoa jurídica variará em função de alteração do Acervo Técnico do seu quadro de profissionais e consultores.*

*(....) “*

O Ministério Público de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, de posse das presentes razões apresentadas pelo CREA-RS, representou ao Tribunal de Contas do Estado, a fim de obter uma decisão sobre a matéria.

É o parecer.

Após análise pelo Tribunal de Contas do Estado em 2009, as empresas públicas passaram a não exigir mais este tipo de atestado nas licitações públicas. ✓

A própria Prefeitura Municipal de Vacaria licitou varias obras de pavimentação, tão ou mais importantes que esta, sem a exigência deste atestado, sendo a única beneficiada quanto a quantidade de empresas que participaram e o desconto conseguido desta forma. ✓

- Outro exemplo de Edital, publicado sem tal exigência pela Central de Compras do Estado – CECOM/RS com proporções bem maiores tanto financeiro como em complexidade técnica, onde também não foi exigido atestado técnico de empresa por ser ilegal tal exigência, foi o Edital Nº 027/2013 – abaixo descrito que trata da recuperação das rodovias da Serra.

### **EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 027/2013**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001572-04.35/13-5**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001572-04.35/13-5**

**OBJETO:** Contratação de empresa para execução de serviços de Restauração e Manutenção das Rodovias da Região da Serra (CREMA SERRA), conforme os Lotes abaixo:

RM – CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA  
Av. Militar 7176 – Bairro Lindaia - Vacaria – RS - CEP 95.200-000  
Fone: (54) 3512 0252 – (54) 9112-2370





## RM – CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA

### LOTE RODOVIAS

01 ERS – 324 e RSC – 470

02 ERS – 122 e RSC – 453

Em resumo Sr. Presidente tal pratica de exigência de atestados técnicos operacionais em Editais de Licitação não se usa mais no Estado do Rio Grande do Sul desde 2009.

### QUANTO A JUSTIFICATIVA APRESENTADA

III- A exigência de dois atestados (empresa e profissional) justifica-se pelo fato de que o referido objeto se trata de um serviço de alta complexidade, compreendido em ruas onde se realizam serviços essenciais como saneamento/esgoto, iluminação e transporte público urbano e intermunicipal.

- Quanto a justificativa apresentada é por si só descaracterizada pois as obras anteriores licitadas pela prefeitura de Vacaria não exigiam em Edital tal documentação (justamente por ser ilegal) onde foram pavimentadas e recapeadas as principais vias da cidade, sito como a Av. Moreira Paz e a Praça Daltro filho, **As obras licitadas pela Prefeitura sem exigência de atestado da empresa são:** Concorrência 10/2012 – Contratação de empresas para pavimentação e recapeamento asfáltico - Tomada de Preços 44/2011 – Contratação de empresa para recuperação de base de pavimento entre outras, cabe a pergunta: estas Ruas que foram recapeadas não teriam todo os serviços relatados na justificativa apresentada? Não teriam inclusive mais movimento, comércio, trânsito, escolas e serviços bancários?

- Serve como exemplo também o Edital citado acima onde passa mais de cinco mil veículos dia que é a ligação da BR 116 com Antônio Prado e por onde passa serviços essenciais a comunidade, como rede de energia, cabos de fibra ótica, pontes, galerias e etc.

### QUANTO A EXIGÊNCIA DA DISTÂNCIA DE TRANSPORTE DO ASFALTO

- Esta exigência restringe gravemente a participação de empresas do ramo que estão instaladas na região de participarem da Concorrência 06/2014, pelo simples fato de que a distância delimitada em Edital de 60km para o transporte de massa asfáltica contempla somente duas empresas da Cidade de Vacaria RS, existem somente duas usinas de asfalto licenciadas que são comerciais e estão instaladas na BR 116 no km 10,5 e km 42 respectivamente, empresas estas que atuam em obras Rodoviárias e que num passado recente, já contrataram com a Prefeitura Municipal de Vacaria.

Portanto não tem interesse algum em vender seus produtos ou locar suas instalações para outros concorrentes, delimitando assim a participação de mais empresas no certame licitatório.

- Quanto a argumentação de que **a distância máxima permitida da usina de asfalto até a obra será de 60km; a medida visando garantir a temperatura de aplicação e assim, a qualidade dos serviços** não cabe como justificativa, **pois não há nenhuma normativa neste sentido, o próprio DAER e DNIT em seus Editais aceitam distâncias maiores de transporte**, agem através da fiscalização de obras no sentido de conferir a temperatura da massa asfáltica no momento de sua aplicação na acabadora com um termômetro, garantindo assim sua qualidade e temperatura ideal de compactação, as cargas que não estiverem com a temperatura ideal para aplicação são descartadas pela fiscalização sem nenhum custo,

RM – CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA

Av. Militar 7176 – Bairro Lindaia - Vacaria – RS - CEP 95.200-000

Fone: (54) 3512 0252 – (54) 9112-2370





## RM – CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA

uma medida simples e eficaz que garante a qualidade e compactação da massa asfáltica, atuam inclusive com laboratórios móveis que recolhem uma amostra para análise, onde retiram a porcentagem do CAP (cimento asfáltico de petróleo) na mistura e granulometria, fazendo-se respeitar o projeto inicial da massa asfáltica garantindo assim sua qualidade.

- Hoje com a tecnologia presente na engenharia pesada existem usinas móveis sobre chassis rodoviários que podem ser instaladas no Município de Vacaria em apenas 7 dias, elas contemplam geradores e tanques para depósito, estando aptas para trabalhar em tempo recorde, o Edital não contempla esta facilidade, poderia em seu corpo estipular que a empresa apresentasse a licença de operação desta usina em seu local de origem, sendo que caso se consagrasse vencedora da licitação poderia instalar esta usina no município ou comprar massa asfáltica das duas existentes na cidade posto que elas não mais seriam concorrentes por haver perdido a concorrência e passariam sim a fornecedoras.

- Citamos novamente o Edital do DAER 027/2013 que contempla uma infinidade de serviços bem mais complexos do que do Edital da Prefeitura Municipal de Vacaria o 06/2014, o Edital do Departamento Autônomo de Estradas e Rodagem do Rio Grande do Sul –DAER RS, traz em seu escopo uma **distância de transporte para asfalto de 110km**, cita também o modo de aplicação, fiscalização e ensaios necessários a boa qualidade de massa asfáltica.

- Outro exemplo é o Edital Crema do DNIT que contemplou os serviços de manutenção da BR 285 de Barretos a Passo Fundo, a usina de asfalto do vencedor do certame licitatório encontra-se em Vacaria, o final do trecho da presente licitação encontra-se a uma **distância de 180km da usina de asfalto**, a qual a licença de operação foi usada para habilitação no certame licitatório.

- Cabe esclarecer que ambos os contratos estão em vigor e em andamento, sendo fácil a comprovação explanada acima.

- Impugnamos o Edital 06/2014 o qual fere gravemente o princípio de livre concorrência, legalidade, morosidade e isonomia do processo nos itens relatados acima.

- Reconhecidamente, a competição entre possíveis interessados é princípio ínsito às licitações, pois somente ao viabilizá-la o Poder Público pode obter as propostas economicamente mais vantajosas, barateando, assim, os preços de suas obras e serviços.

Diante dos motivos acima, pedimos seja deferida a presente impugnação ao Edital 06/2014 pelos próprios e jurídicos fundamentos..

Vacaria RS, 27 de maio de 2014.

  
RM CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA.

Anexos: 1 a 6.

RM – CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA  
Av. Militar 7176 – Bairro Lindoia - Vacaria – RS - CEP 95.200-000  
Fone: (54) 3512 0252 – (54) 9112-2370





## RM – CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA

- 1) *Parecer Jurídico do Dr. Fábio Salgado Pacheco, junto ao Ministério Público de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.*
- 2) *Parecer da Câmara Especializada de Engenharia Civil do CREA ES, que institui procedimentos para conceder acervo técnico para os profissionais de engenharia que compõem o quadro técnico das empresas registradas no CREA*
- 3) *Resolução nº 336, de 27 de outubro de 1989, que dispõe sobre o registro de pessoas jurídicas (ver artigo 12).*
- 4) *Termo de cooperação Técnica entre o CREA RS e o Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul – TCE RS.*
- 5) *Resolução nº 1025 de 30 de outubro de 2009 – que dispõe sobre a Anotação de Responsabilidade Técnica e o Acervo Técnico Profissional, e dá outras providências. (ver Art 48 que fala sobre a capacidade Técnico Operacional de pessoa Jurídica) – art. 49 – Da Emissão da Certidão do Acervo Técnico. – art 55 – É Vedada a emissão de CAT em nome de pessoa Jurídica. – art 64 § 4º O Atestado registrado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha ser a ela vinculado como integrante de seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.*
- 6) *Certidão do CREA RS – Onde DECLARA que não registra atestados para pessoas jurídicas.*